	órgão (colunas C e D), período de apuração do resgate separados pela data de reajuste da CCT (colunas E e F).		reajuste da CCT.	percentual do 13º (1/12 por mês).	SAT/GIIL-RAT (%)	
Cálculos	Nenhum.	Nenhum	Nenhum.	Coluna I = (H x 8,33%) × G→ 13º proporcional	Coluna J = I × (Taxa do Grau de Risco SAT/GIIL-RAT (%): 34,80%, 35,80% ou 36,80%).→ Encargos Submódulo 2.2	Total a liberar (coluna K) = valor 13º (coluna I) + total de encargos coluna J).
Saídas	Lista de colaboradores aptos ao cálculo do 13º conforme o período de apuração do resgate.	AVOS disponíveis no Órgão que serão liberados conforme a solicitação na coluna G	Remuneração total informada na coluna H	Valor do 13º salário que será liberado na coluna I.	Total de encargos incidentes sobre 13º salário que serão liberados na coluna J.	Valor final da liberação por colaborador.

Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

Quadro 9 – Tabela de Procedimentos da planilha de liberação de Rescisão: Planilha de Excel (Cont_Vinc_Lib_Rescisões - ct. xx/xxxx - mês/ano)

Processo	**Identificação do colaborador**	**Cálculo de dias trabalhados no contrato**	**Inserção da Remuneração base da rescisão**	**Inserção do Número de Avos correspondentes ao período da liberação.**	**Cálculo das verbas rescisórias**	**Cálculo Encargos Submódulo 2.2 sobre 13º salário, férias e 1/3 constitucional**	**Cálculo da multa de FGTS (4%)**	**Totalização da liberação**
Objetivo	Registrar dados do trabalhador desligado vinculad	Calcular dias trabalhados no período rescisório.	Registrar a remuneração necessária ao cálculo	Registrar os números de avos necessários para o cálculo.	Calcular valores proporcionais de 13º, férias e 1/3	Calcular encargos obrigatórios incidentes sobre 13º salário, férias e	Calcular multa de FGTS sobre valores do período	Consolidar todas as verbas e encargos para apurar o

	o ao contrato, conforme a solicitação de liberação.		das verbas devidas.		constitucional.	1/3 constitucional.	da remuneração do resgate.	total a liberar.
Ator responsável	Fiscal administrativo do contrato.	Fiscal administrativo do contrato.	Fiscal administrativo do contrato.	Fiscal administrativo do contrato.	Fiscal administrativo do contrato.	Fiscal administrativo do contrato.	Fiscal administrativo do contrato.	Fiscal administrativo do contrato.
Tipo de entrada	Manual	Automático	Manual	Manual	Automática	Automática	Automática	Automática
Entradas	Nome (coluna A), CPF (Coluna B), datas de admissão (colunas C e D) e desligamento, período da remuneração do resgate separados pela data de reajuste da CCT (colunas F e G).	Datas de início e fim.	Remuneração do período solicitado separados pela data de reajuste da CCT.	Número de avos do período solicitado separados pela data de reajuste da CCT e divididos pelas rubricas de 13º Salário, Férias Venc. e Férias Proporcionais	Avos no órgão (colunas J, K, L), Remuneração total (coluna I), percentual do 13º (1/12 por mês), percentual de férias (1/12 por mês) e percentual de 1/3 de férias.	Valor do 13º salário, férias e 1/3 constitucional e Taxa do Grau de Risco SAT/GIIL-RAT (%)	Remuneração do período solicitado separados pela data de reajuste da CCT, total de dias, e percentual aplicável da multa de 40%.	13º Salário, Férias, 1/3 constitucional, encargos e multa de FGTS
Cálculos	Nenhum.	Coluna H = DIAS(data_fim; data_início)	Nenhum.	Nenhum	Coluna M = (I x 8,33%) × J → 13º Salário Coluna N = (I x 8,33%) × K → Férias Vencidas Coluna O = (I x 8,33%) ×	Coluna R = (M+N+O+P+Q) × (Taxa do Grau de Risco SAT/GIIL-RAT (%): 34,80%, 35,80% ou 36,80%). → Encargos	Coluna S = (I/30) x H x 0,04)	Total a liberar (coluna K) = valor 13º (coluna M) + Férias (coluna N e O) + 1/3 constitucional (colunas P e Q) +

					L → Férias Proporcionais Coluna P = (N/3) → 1/3 de Férias vencidas Coluna Q = (O/3) → 1/3 de Férias proporcionais	Submódulo 2.2		Encargos (coluna R) + Multa de FGTS (coluna S)
Saídas	Registro do trabalhador desligado para cálculo de liberação da rescisão.	Total de dias trabalhados no contrato separados pela data de reajuste da CCT.	Remuneração total informada na coluna I.	AVOS disponíveis no Órgão que serão liberados conforme a solicitação nas colunas J, K, L	Valor do 13º salário, Férias Vencidas, Férias proporcionais e 1/3 constitucional que serão liberados nas colunas M, N, O, P e Q.	Total de encargos incidentes sobre 13º salário, férias e 1/3 constitucional que serão liberados na coluna R.	Valor da multa de FGTS que será liberada na coluna S.	Valor final da liberação.

Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

4.4 VALIDAÇÃO NA INSTITUIÇÃO INTERNA

Após a construção dos fluxos, realizou-se a validação interna com os dois fiscais administrativos que atuavam no DSL à época da pesquisa, no âmbito da SGFISC. Essa etapa teve como objetivo verificar a concordância entre os fiscais responsáveis pela operacionalização das contas-depósito vinculadas e identificar eventuais diferenças nos procedimentos adotados.

Os participantes manifestaram concordância com o mapeamento apresentado, embora tenham apontado pequenas variações na execução de algumas etapas. De modo geral, o fluxo foi considerado adequado pelos avaliadores.

Em relação ao fluxo de provisão mensal da conta-depósito vinculada, a principal sugestão foi incluir a verificação da rotatividade dos colaboradores do contrato, de modo a identificar alterações entre postos fixos, efetivos e feristas. A sugestão foi incorporada ao fluxo revisado.

Adicionalmente, discutiu-se a possibilidade de acesso do Departamento de Orçamento e Finanças (DOF) às informações da conta vinculada. Destacou-se que tal medida poderia, futuramente, otimizar o processo, ao reduzir a necessidade de envio de planilhas por meio do SEI, permitindo o acesso direto aos dados.

Outro ajuste relevante foi a inclusão da alimentação de uma planilha de banco de dados, desenvolvida previamente pela equipe, com vistas a aprimorar a organização e o controle das informações.

Na sequência, foi apresentado o fluxograma referente às liberações, o qual foi validado pelos participantes sem a necessidade de alterações substanciais.

Com base nos apontamentos recebidos, a pesquisadora realizou os ajustes nos fluxos e elaborou tabelas explicativas para representar, de forma mais clara, as planilhas utilizadas na operacionalização da conta-depósito vinculada. Esses materiais foram produzidos no Microsoft Word®.

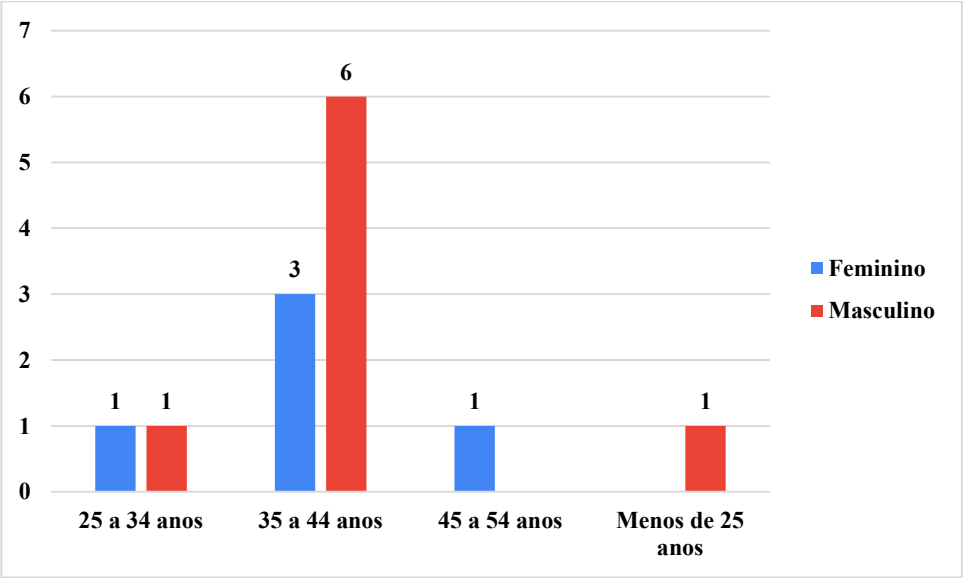
Em seguida, os fluxogramas revisados e as tabelas elaboradas foram encaminhados por e-mail aos fiscais para avaliação das alterações realizadas e verificação de eventuais sugestões adicionais. Após o retorno dos participantes e a consolidação da versão final dos materiais, iniciou-se a etapa de validação externa.

4.5 VALIDAÇÃO INTERINSTITUCIONAL DOS FLUXOGRAMAS DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

Ao todo, foram identificadas e contatadas 55 universidades federais; entretanto, participaram da validação externa 13 servidores efetivos, vinculados a 10 universidades federais: UFABC, UFRB, UFPE, UFU (com três participantes), UFAC, UFLA, UFERSA, UNIFESP, UNIFESSPA e UFT (com dois participantes). O número de participantes correspondeu ao intervalo de 9 a 15 avaliadores previamente definido para a etapa de validação e superou o mínimo de seis especialistas indicado por Lynn (1986) e Alexandre e Coluci (2011). A caracterização do perfil dos respondentes permite compreender o nível de maturidade técnica do grupo.

Observou-se predominância do sexo masculino (61,5%) em relação ao feminino (38,5%). Em relação à faixa etária, um participante possuía menos de 25 anos, dois estavam entre 25 e 34 anos, nove entre 35 e 44 anos e um entre 45 e 54 anos. O Gráfico 1 apresenta essa distribuição de forma integrada.

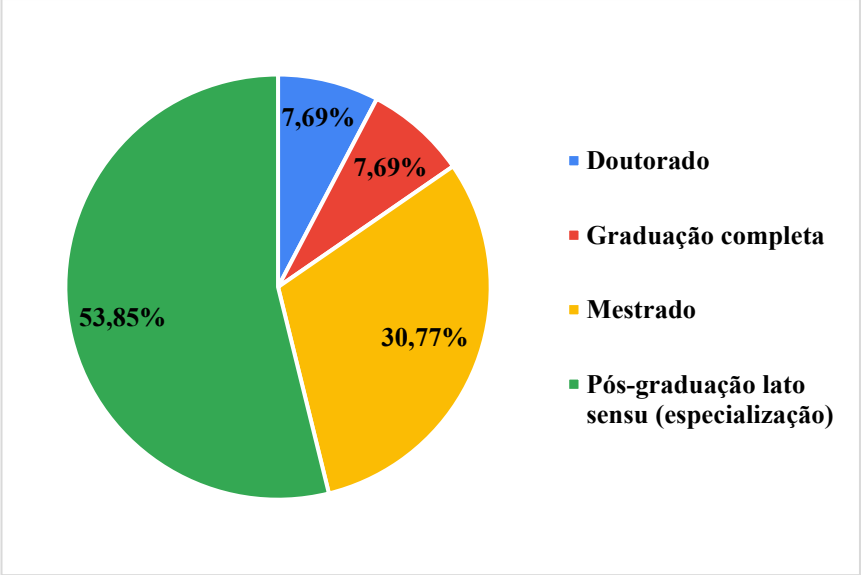
Gráfico 1 – Distribuição dos participantes por sexo e faixa etária



Fonte: Elaborada pela autora, 2026.

No que se refere à formação acadêmica, 92,3% dos participantes possuem pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado). Esse dado é apresentado no Gráfico 2.

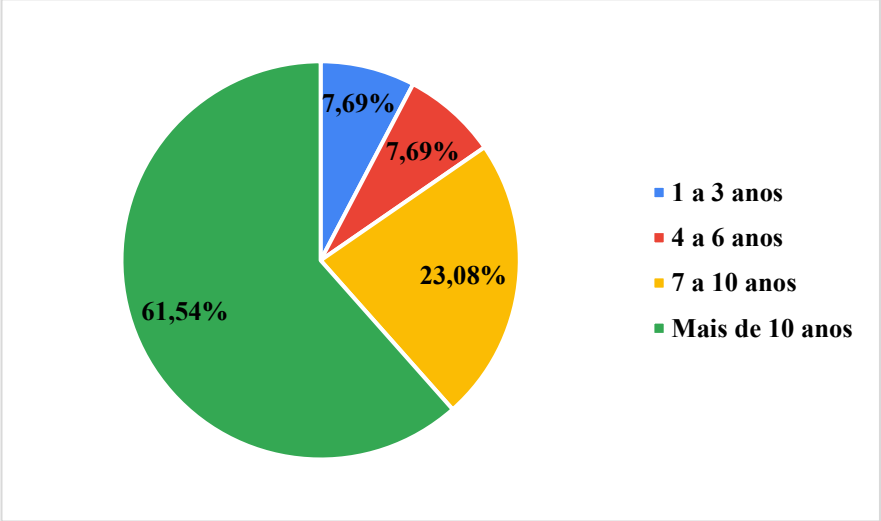
Gráfico 2 – Escolaridade



Fonte: Elaborada pela autora, 2026.

Quanto ao tempo de atuação no setor público, 61,54% possuem mais de 10 anos de experiência, enquanto 30,77% possuem entre 4 e 10 anos. Apenas um participante possui até 3 anos de atuação. O Gráfico 3 evidencia esse cenário.

Gráfico 3 – Tempo de atuação no Serviço Público



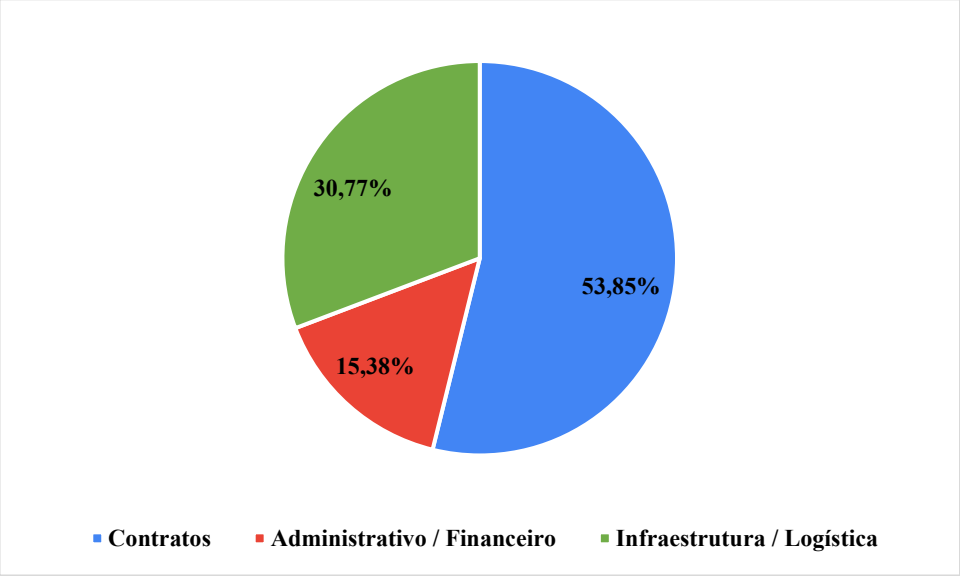
Fonte: Elaborada pela autora, 2026.

A experiência com a conta-depósito vinculada foi informada por 92,30% dos participantes, que relataram atuação direta com esse instrumento. O único participante sem experiência prática foi mantido na amostra em razão de exercer cargo com atribuições de acompanhamento e tomada de decisão relacionadas à gestão da conta-depósito vinculada, conforme os critérios de seleção adotados para o estudo.

Em relação aos cargos e funções, observou-se diversidade de perfis entre os participantes, com predominância de assistentes em administração (46,20%), seguidos por administradores (15,40%) e eletricistas (7,70%), além de 30,80% dos participantes que não informaram o cargo. No que se refere às funções desempenhadas, 38,50% atuam em atividades de gestão ou coordenação, 15,40% exercem função de fiscalização contratual e 46,20% não informaram esse dado. Esses dados evidenciam a participação de diferentes níveis organizacionais no processo de validação.

Para otimizar a análise institucional, os setores de lotação foram agrupados em áreas organizacionais mais amplas: contratos, administrativo/financeiro e infraestrutura/logística. O Gráfico 4 apresenta essa organização.

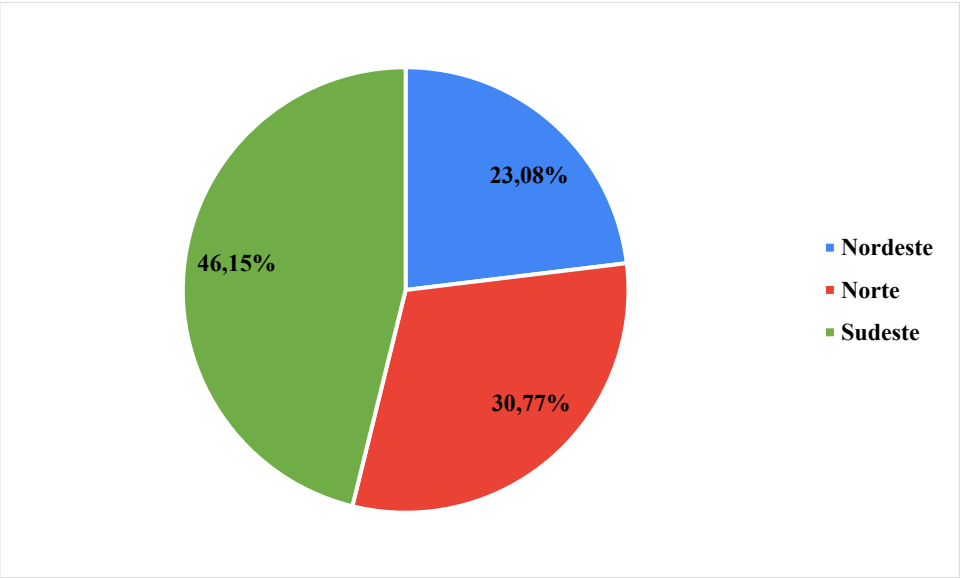
Gráfico 4 – Distribuição dos participantes por área de lotação



Fonte: Elaborada pela autora, 2026.

Em relação à distribuição geográfica, quatro participantes atuam na região Norte, três no Nordeste e seis no Sudeste. Não houve retorno de universidades localizadas nas regiões Sul e Centro-Oeste, apesar do reenvio dos convites em mais de uma ocasião.

Gráfico 5 – Distribuição dos participantes por região



Fonte: Elaborada pela autora, 2026.

Na validação dos fluxogramas e das tabelas descritivas referentes aos procedimentos de operacionalização da conta-depósito vinculada, verificou-se elevada concordância entre os

especialistas. A análise item a item evidenciou que a maior parte dos quesitos alcançou IVC igual a 1,000.

Os menores índices foram observados nos itens referentes à aderência do fluxo às práticas institucionais, à legibilidade da fonte e à aplicabilidade da tabela descritiva da planilha de provisão mensal da conta-depósito vinculada, todos com IVC de 0,923. Esses valores permaneceram acima do ponto de corte adotado no estudo (IVC $\geq$ 0,80), indicando concordância dos especialistas quanto à adequação dos fluxogramas e das tabelas descritivas avaliadas.

Os resultados evidenciam elevada concordância dos especialistas quanto aos aspectos avaliados, sem prejuízo da identificação de oportunidades de aprimoramento. As sugestões apresentadas concentraram-se principalmente na adaptação dos procedimentos às diferentes realidades institucionais, na melhoria da legibilidade dos fluxogramas e no refinamento das instruções operacionais das tabelas descritivas.

A Tabela 1 apresenta a frequência absoluta das respostas e o IVC por item, permitindo uma análise detalhada do desempenho de cada critério avaliado.

Tabela 1– Frequência absoluta das respostas e IVC por item

Categoria	**Item**	**Concordo totalmente**	**Concordo parcialmente**	**Discordo totalmente**	**Discordo parcialmente**	**IVC**
Conteúdo	1.Coerência com legislação e normas	9	4	0	0	1,000
Conteúdo	2.Contempla etapas essenciais	11	2	0	0	1,000
Conteúdo	3.Compreensão de papéis e responsabilidades	7	6	0	0	1,000
Conteúdo	4.Aderência às práticas institucionais	7	5	0	1	0,923
Conteúdo	5.Aplicabilidade/adaptação das etapas	9	4	0	0	1,000
Ilustrações	1.Relevância das ilustrações/símbolos	11	2	0	0	1,000
Ilustrações	2.Clareza do direcionamento do fluxo	11	2	0	0	1,000
Estrutura	1.Organização geral do fluxograma	11	2	0	0	1,000

Estrutura	2.Fonte facilita leitura e entendimento	7	5	0	1	0,923
Tabela Descritiva	1.Provisão Mensal	8	4	0	1	0,923
Tabela Descritiva	2.Liberação Férias	8	5	0	0	1,000
Tabela Descritiva	3.Liberação 13º Salário	7	6	0	0	1,000
Tabela Descritiva	4.Liberação Rescisão	8	5	0	0	1,000

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

As Tabelas 2 a 5 detalham os resultados por categoria (conteúdo, ilustrações, estrutura e tabelas descritivas), com base na escala Likert, evidenciando as avaliações em diferentes dimensões do instrumento.

Tabela 2 – Respostas dos participantes quanto à categoria conteúdo pela escala Likert

Item/Participantes	**P1**	**P2**	**P3**	**P4**	**P5**	**P6**	**P7**	**P8**	**P9**	**P10**	**P11**	**P12**	**P13**	**IVC**
1	2	1	1	1	2	1	2	1	1	2	1	1	1	1,000
2	1	1	1	1	2	1	1	1	1	2	1	1	1	1,000
3	2	1	2	2	2	1	2	1	1	1	2	1	1	1,000
4	2	1	1	2	4	1	1	2	1	1	2	2	1	0,923
5	2	1	1	1	2	1	1	2	2	1	1	1	1	1,000

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

Tabela 3 – Respostas dos participantes quanto à categoria ilustrações pela escala Likert

Item/Participantes	**P1**	**P2**	**P3**	**P4**	**P5**	**P6**	**P7**	**P8**	**P9**	**P10**	**P11**	**P12**	**P13**	**IVC**
1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	2	1	1	1,000
2	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	2	1	1	1,000

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

Tabela 4 – Respostas dos participantes quanto à categoria estrutura pela escala Likert

Item/Participantes	**P1**	**P2**	**P3**	**P4**	**P5**	**P6**	**P7**	**P8**	**P9**	**P10**	**P11**	**P12**	**P13**	**IVC**
1	1	1	1	1	2	1	2	1	1	1	1	1	1	1,000
2	1	1	1	4	2	1	2	1	1	2	2	2	1	0,923

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

Tabela 5 – Respostas dos participantes quanto à categoria conteúdo pela escala Likert

Item/Participantes	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	P10	P11	P12	P13	IVC
1	2	2	1	1	2	1	1	1	4	2	1	1	1	0,923
2	2	2	1	1	2	1	1	1	2	2	1	1	1	1,000
3	2	2	1	1	2	1	1	1	2	2	2	1	1	1,000
4	2	2	1	1	2	1	1	1	1	2	2	1	1	1,000

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

A Tabela 6 consolida os resultados, apresentando a média do IVC por categoria e por item avaliado, o que permite uma visão integrada do desempenho geral dos materiais.

Tabela 6 – Média do IVC das categorias por Item avaliado

Item	1	2	3	4	5	Média IVC
IVC Conteúdo	1,000	1,000	1,000	0,923	1,000	0,9846
IVC Ilustrações	1,000	1,000				1,0000
IVC Estrutura	1,000	0,923				0,9615
IVC Tabelas Descritivas	0,923	1,000	1,000	1,000	1,000	0,9846
Média Geral						**0,9827**

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

Complementarmente, as Tabelas 7 a 10 apresentam a frequência relativa, bem como a moda e a mediana das respostas por categoria. Esses indicadores reforçam a predominância de avaliações positivas e a estabilidade das respostas entre os participantes.

Tabela 7 – Frequência relativa, moda e mediana por item da categoria conteúdo

Item	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Moda	Mediana
1	69%	31%	-	-	1,00	1,00
2	85%	15%	-	-	1,00	1,00
3	54%	46%	-	-	1,00	1,00
4	54%	38%	-	8%	1,00	1,00
5	69%	31%	-	-	1,00	1,00

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

Tabela 8 – Frequência relativa, moda e mediana por item da categoria ilustrações

Categoria	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Moda	Mediana
1	85%	15%	-	-	1,00	1,00
2	85%	15%	-	-	1,00	1,00

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

Tabela 9 – Frequência relativa, moda e mediana por item da categoria estrutura

Categoria	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Moda	Mediana
1	85%	15%	-	-	1,00	1,00
2	54%	38%	-	8%	1,00	1,00

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

Tabela 10 – Frequência relativa, moda e mediana por item da categoria tabelas descritivas

Item	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Moda	Mediana
1	62%	31%	-	8%	1,00	1,00
2	62%	38%	-	-	1,00	1,00
3	54%	46%	-	-	1,00	1,00
4	62%	38%	-		1,00	1,00

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

Por fim, as contribuições qualitativas registradas nos campos abertos foram sistematizadas no Quadro 10. A síntese reúne as percepções, sugestões e observações apresentadas pelos participantes durante a validação dos fluxogramas e das tabelas descritivas, complementando os resultados obtidos por meio do IVC.

Quadro 10 – Síntese descritiva e evidências dos campos abertos da pesquisa

Campo aberto	Síntese descritiva	Evidências principais
Diferenças operacionais e estruturais no processo de gestão e liberação da conta-depósito vinculada entre instituições	As diferenças identificadas concentram-se menos no fluxo em si, que se mantém semelhante entre as instituições, e mais nos aspectos operacionais, ferramentas utilizadas e distribuição de responsabilidades. Observam-se variações nos sistemas de tramitação processual (SEI vs. SIPAC), na estrutura	• Necessidade de confrontar valores solicitados para resgate com os valores efetivamente retidos ao longo do contrato, com exigência de retificação em caso de divergência. • Utilização de sistemas distintos de gestão processual (ex.: SIPAC em vez de SEI).

Campo aberto	Síntese descritiva	Evidências principais
	organizacional envolvida (maior ou menor descentralização entre setores como fiscalização, financeiro e controladoria) e nos critérios de conferência e validação dos valores. Também há distinções quanto ao nível de rigor na análise dos valores solicitados para resgate, especialmente na comparação entre valores retidos e valores pleiteados. Em alguns casos, há especialização maior das funções (como análise por contador), enquanto em outros há divisão mais ampla entre atores institucionais.	• Encaminhamento do processo para instâncias adicionais, como setor financeiro (DIRAF/DIFIN) e Reitoria para aprovação formal. • Existência de setor específico responsável pelo controle de saldos no SIAFI. • Diferenças na divisão de responsabilidades entre fiscalização, setor financeiro e controladoria. • Descentralização das atividades entre múltiplos setores institucionais. • Atuação diferenciada entre fiscal administrativo e fiscal técnico na análise documental. • Indicação de análise especializada por profissional com competência técnica (ex.: contador) para documentos trabalhistas. • Realização de resgates com base nos valores efetivamente pagos aos terceirizados em alguns casos.
Avaliação da estrutura, ilustrações e organização dos fluxogramas do processo de gestão da conta-depósito vinculada	Os fluxogramas foram reconhecidos como bem estruturados, com fluxo lógico, sequencial e aderente às rotinas institucionais. Há destaque para a clareza na definição das etapas, responsáveis e cálculos, além da organização por tipos de processo, o que facilita a compreensão e aplicação prática. Ainda assim, surgem oportunidades de otimização: padronizar pontos de início e encerramento, reforçar etapas críticas de conferência documental, melhorar a disposição visual (como orientação do fluxo e redução de extensão) e explicitar papéis específicos, como o do fiscal administrativo.	• Reconhecimento da boa estrutura, organização lógica e sequência adequada dos fluxos. • Clareza na definição de etapas, responsáveis e cálculos em cada processo. • Coerência metodológica ao segmentar os fluxos por provisão mensal, férias, 13º salário e rescisão. • Aderência dos fluxos às rotinas efetivamente praticadas nas instituições. • Sugestão de padronização dos pontos de início (recebimento da demanda) e encerramento (autorização final e envio ao banco). • Recomendação de reforçar a conferência com documentos comprobatórios (folha, TRCT, FGTS, períodos aquisitivos). • Observação da ausência explícita do papel do fiscal administrativo no fluxo. • Sugestão de melhoria na orientação visual do fluxograma (preferência por leitura de cima para baixo). • Indicação de que o fluxo pode estar extenso, sugerindo reorganização visual (ex.: divisão por páginas/setores).

Campo aberto	Síntese descritiva	Evidências principais
		• Uso adequado de simbologia de fluxogramas.
Propostas de ajustes para aumento da eficiência nos procedimentos de gestão da conta-depósito vinculada	As sugestões concentram-se na otimização de controles, padronização de instrumentos e ampliação do uso de sistemas informatizados. Há forte indicação de incluir variáveis temporais nas planilhas (datas de admissão, solicitação e prazos), automatizar cálculos para reduzir erros operacionais e integrar sistemas já disponíveis no governo federal "contratos.gov". A padronização das planilhas aparece como medida recorrente para garantir confiabilidade e facilitar a execução. De modo geral, os respondentes consideram os procedimentos viáveis, mas apontam ganhos relevantes com integração sistêmica e automação.	• Inclusão de colunas com datas relevantes (admissão, solicitação de liberação e prazos para cálculo). • Proposta de automatização de cálculos a partir do registro da data de entrada do colaborador. • Utilização e recomendação de sistemas específicos, como contratos.gov, para gerenciamento da conta vinculada. • Sugestão de integração com plataformas governamentais (Contratos.gov). • Uso recorrente de planilhas baseadas no manual de conta vinculada. • Reforço da necessidade de padronização das planilhas de controle. • Indicação de uso combinado de planilhas e sistemas para maior eficiência. • Ausência de sugestões por parte de alguns respondentes, indicando percepção de adequação dos procedimentos atuais. • Prática de realizar resgates com base nos valores efetivamente pagos aos terceirizados.

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

4.6 ANÁLISE PRÁTICA DO MÓDULO CONTA-DEPÓSITO VINCULADA NO COMPRAS.GOV.BR/CONTRATOS

Para a realização da análise prática do módulo Conta-Depósito Vinculada, disponível no sistema Compras.gov.br/contratos, foi selecionado um contrato com menor quantitativo de colaboradores, a fim de facilitar a execução dos procedimentos de provisão mensal e liberação de valores. Considerando que o sistema contempla três modalidades de liberação, e que, no contrato analisado, ocorreu apenas a liberação referente ao 13º salário, esta foi a única efetivamente realizada. Ainda assim, foram conduzidos testes adicionais no sistema, sem a confirmação final dos procedimentos.

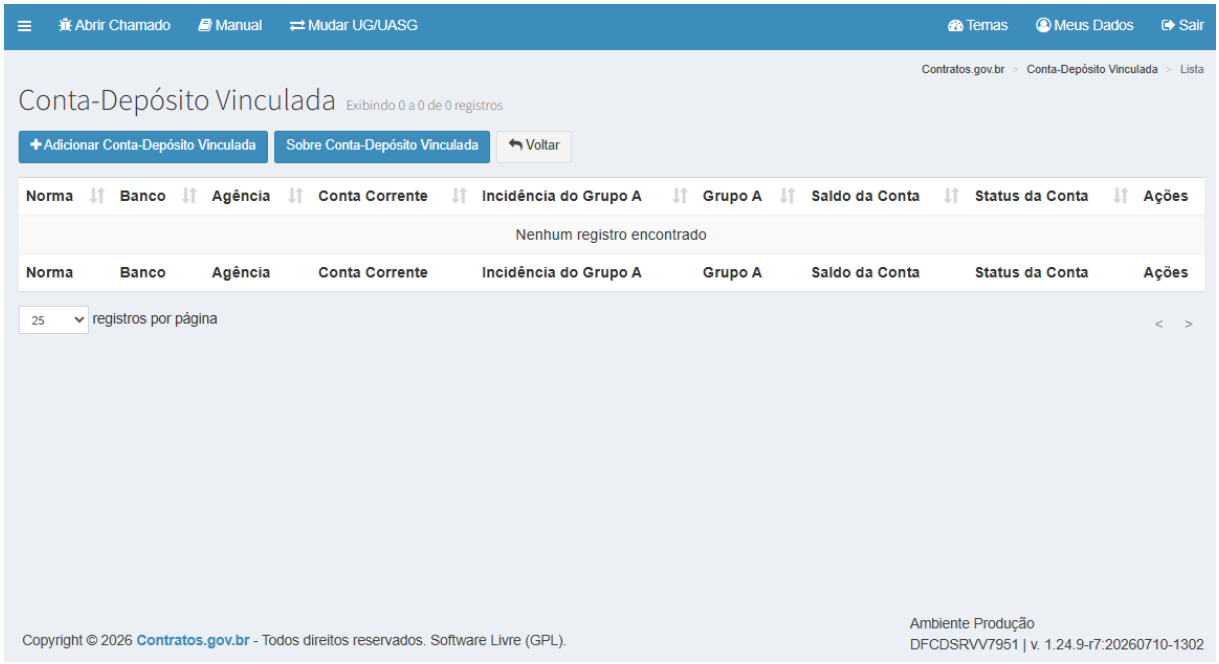
O contrato selecionado para a realização da análise prática tem como objeto a contratação de serviços contínuos de vigilância, a serem executados sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Sua vigência teve início em 3 de julho de 2025, com previsão de três

postos de vigilantes noturnos pelo período de 12 meses, totalizando seis colaboradores alocados, em regime de escala 12x36. Previamente à realização dos testes no módulo, foi efetuado o cadastro dos empregados vinculados ao contrato, com o registro de informações essenciais, tais como nome, CPF, salário e custos associados, dados necessários para a adequada utilização da ferramenta.

Para fins de ilustração, algumas figuras foram extraídas diretamente do sistema. Outras, devido às instabilidades do sistema, foram obtidas a partir das imagens disponíveis no Manual do Compras.gov.br – Contratos, na versão de agosto de 2023.

No ambiente do sistema, é possível localizar o contrato e acessar a opção “Conta-Depósito Vinculada”. Como a ferramenta ainda não havia sido utilizada em contratos da universidade, foi possível explorar as etapas iniciais de cadastro. Ao acessar o módulo, o usuário é direcionado à página principal, na qual estão disponíveis as opções de “Adicionar Conta Vinculada” e “informações gerais sobre a Conta-Depósito Vinculada”.

Figura 10 – Página inicial Módulo Conta-Depósito Vinculada no contratos.gov.br



Fonte: Extraído do sistema contratos.gov.br, 2026.

Ao selecionar a opção “Adicionar Conta-Depósito Vinculada”, o sistema solicita o preenchimento de informações básicas, como o nome da instituição bancária, o número da agência e o número da conta corrente. Além disso, é necessário definir previamente o percentual do encargo referente ao SAT, que pode variar entre 1%, 2% ou 3%. Após o preenchimento dos

dados, procede-se ao salvamento das informações. Em seguida, na página principal do módulo, a conta cadastrada passa a ser exibida, acompanhada das respectivas ações disponíveis para gerenciamento, conforme é apresentado na Figura 11.

Figura 11 – Página inicial do Módulo com a Conta-Depósito Vinculada cadastrada

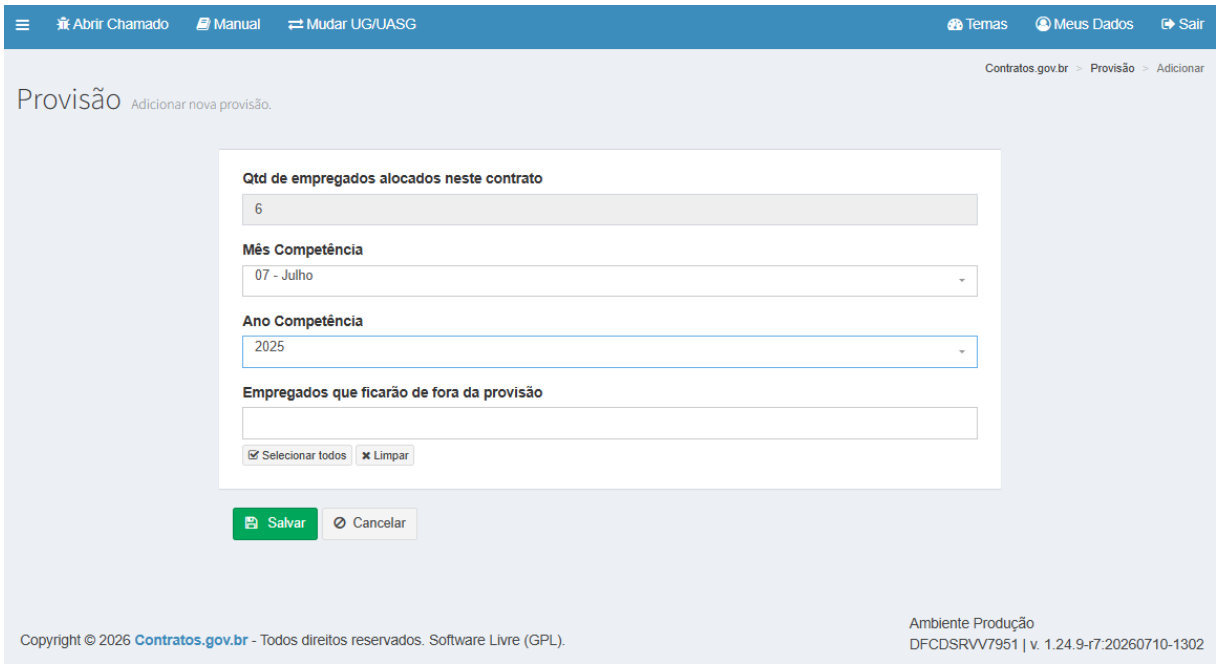


Fonte: Extraído do sistema contratos.gov.br, 2026.

Dentre as opções de ações é permitido visualizar, excluir ou editar a conta criada, e, além disso, existe uma lista de opções de recursos ou ações, a saber: Extrato de lançamento, Movimentações, Nova provisão, Empregados/Liberação, Funções/Reajuste de Remuneração e Encerramento de Conta-Depósito Vinculada.

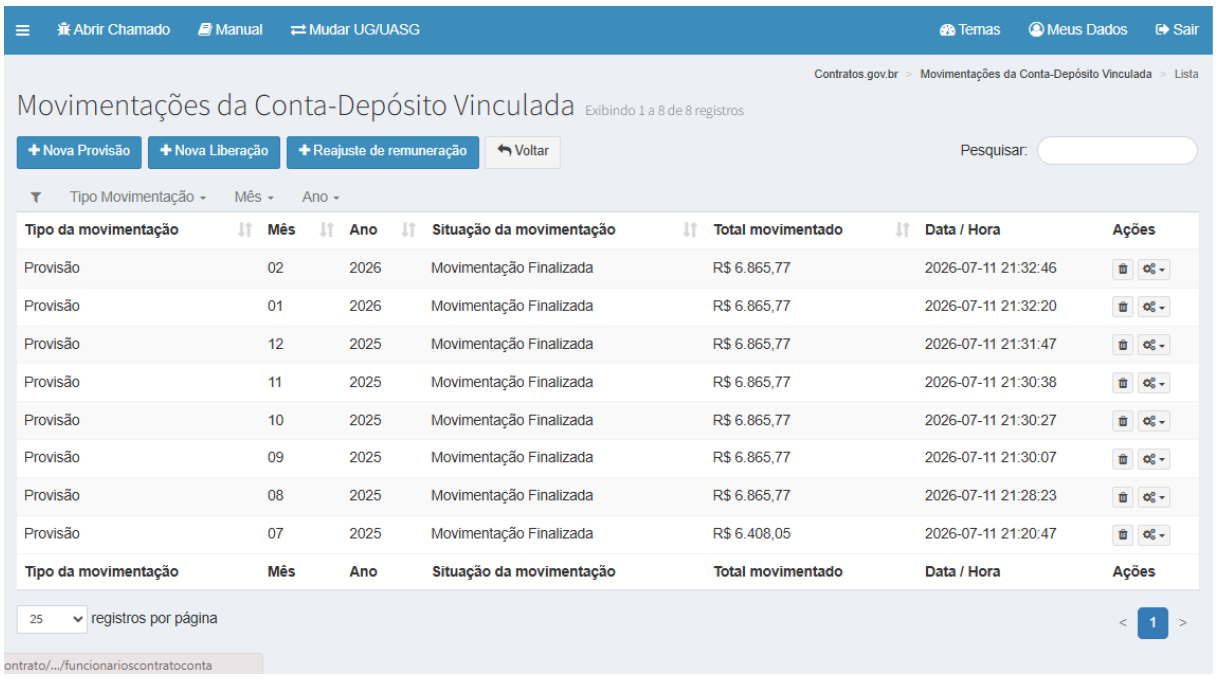
O procedimento foi iniciado com a realização de uma nova provisão. Na página destinada à provisão, o sistema solicita o preenchimento de campos como a quantidade de empregados alocados no contrato, informação previamente cadastrada em outra etapa do sistema, preferencialmente na data de início da vigência contratual, além do mês e ano de competência e a indicação de eventuais empregados que não participarão da provisão. Após o preenchimento dessas informações, ao selecionar a opção de salvamento, a provisão é efetivada e passa a constar na seção “Movimentações da Conta-Depósito Vinculada”.

Figura 12 – Nova Provisão



Fonte: Extraído do sistema contratos.gov.br, 2026.

Figura 13 – Movimentações da Conta-Depósito Vinculada

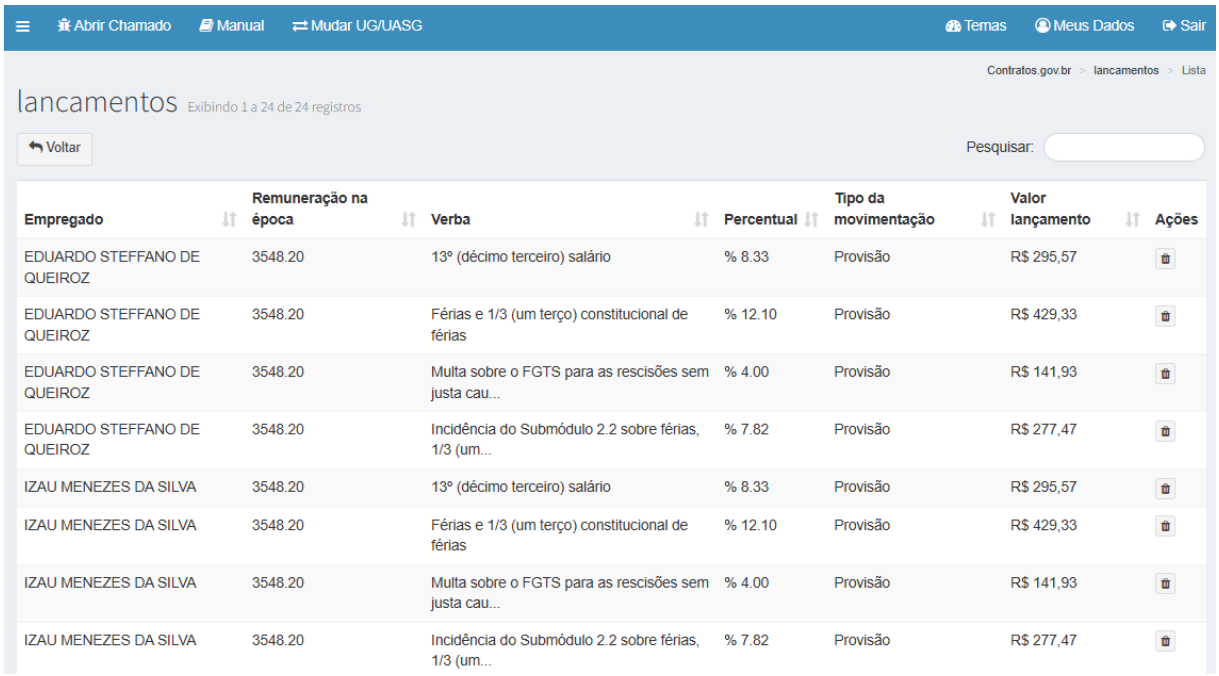


Fonte: Extraído do sistema contratos.gov.br (2026).

Concluída a provisão, o sistema permite acessar o ícone de “Lançamentos”, no qual é possível visualizar os valores provisionados individualmente por trabalhador, discriminados por tipo de verba. Essas informações são apresentadas em formato horizontal, organizadas em

linhas, não havendo, contudo, a possibilidade de extração de relatórios, o que representa uma limitação operacional relevante.

Figura 14 – Lançamentos



Empregado	Remuneração na época	Verba	Percentual	Tipo da movimentação	Valor lançamento	Ações
EDUARDO STEFFANO DE QUEIROZ	3548.20	13º (décimo terceiro) salário	% 8.33	Provisão	R$ 295,57	
EDUARDO STEFFANO DE QUEIROZ	3548.20	Férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias	% 12.10	Provisão	R$ 429,33	
EDUARDO STEFFANO DE QUEIROZ	3548.20	Multa sobre o FGTS para as rescisões sem justa cau...	% 4.00	Provisão	R$ 141,93	
EDUARDO STEFFANO DE QUEIROZ	3548.20	Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, 1/3 (um...	% 7.82	Provisão	R$ 277,47	
IZAU MENEZES DA SILVA	3548.20	13º (décimo terceiro) salário	% 8.33	Provisão	R$ 295,57	
IZAU MENEZES DA SILVA	3548.20	Férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias	% 12.10	Provisão	R$ 429,33	
IZAU MENEZES DA SILVA	3548.20	Multa sobre o FGTS para as rescisões sem justa cau...	% 4.00	Provisão	R$ 141,93	
IZAU MENEZES DA SILVA	3548.20	Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, 1/3 (um...	% 7.82	Provisão	R$ 277,47	

Fonte: Extraído do sistema contratos.gov.br, 2026.

Na sequência, foram realizadas as provisões mensais compreendidas entre julho de 2025 e fevereiro de 2026. Posteriormente, efetuou-se a primeira e única liberação no âmbito do contrato analisado, referente ao pagamento do 13º salário dos colaboradores. A solicitação de liberação foi formalizada pela empresa em 26 de novembro de 2025. Considerando que, nesse contrato, o 13º salário é pago integralmente até 20 de dezembro, e que, até a data da solicitação, haviam sido provisionados apenas 4/12 avos (correspondentes aos meses de julho, agosto, setembro e outubro), a provisão disponível refletia esse período.

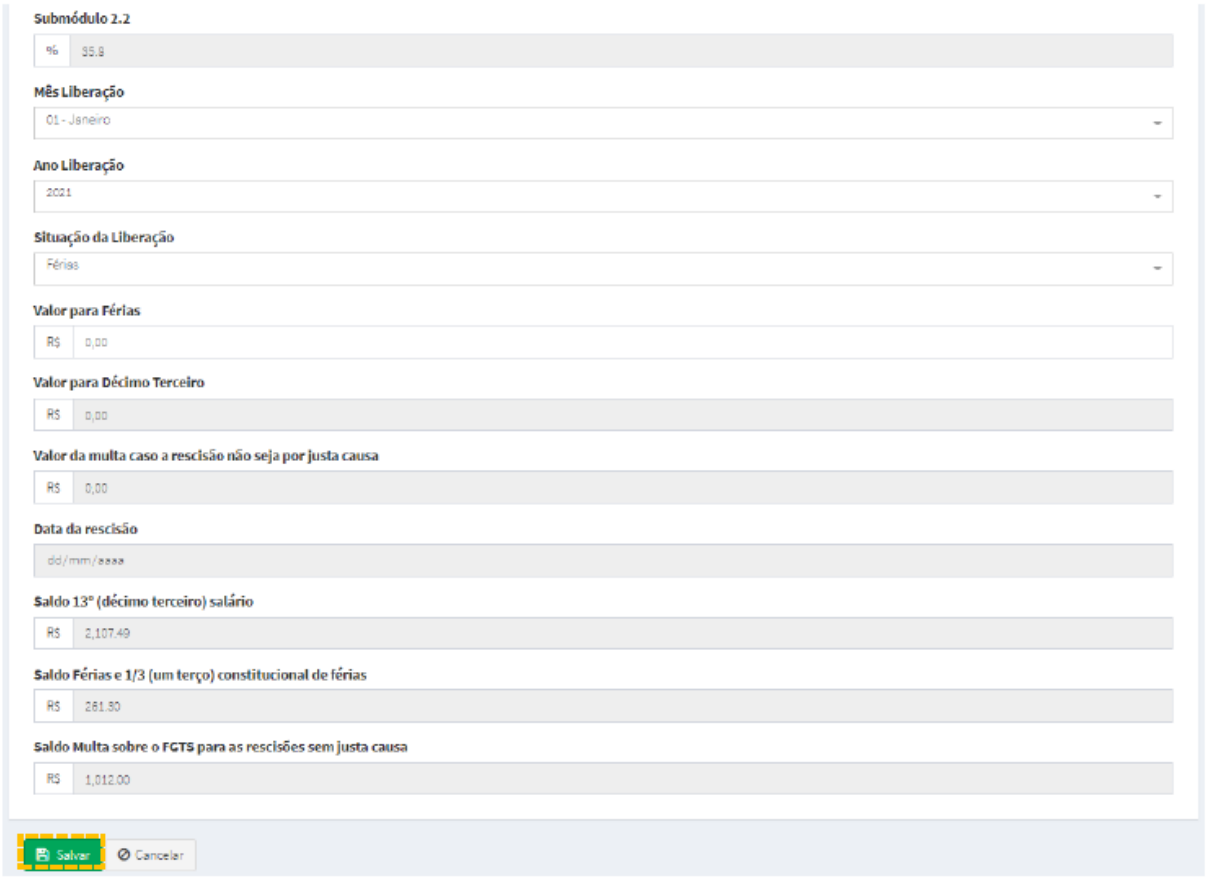
Assim, o valor provisionado por empregado totalizou R$ 1.182,28 a título de 13º salário, acrescido de R$ 435,08 referentes à incidência do submódulo 2.2 (36,80%), resultando em aproximadamente R$ 1.617,36 por trabalhador. Considerando os seis empregados vinculados ao contrato, o montante total liberado para pagamento do 13º salário foi de R$ 9.704,08.

No sistema, ao acessar o menu “Movimentações da Conta-Depósito Vinculada”, procedeu-se à opção de nova liberação. O sistema direciona o usuário à página “Empregados”, na qual são apresentados, de forma individualizada, o nome do empregado, CPF, remuneração, situação, total provisionado, total liberado e saldo disponível. A liberação é realizada de forma

individual, por empregado. Para isso, seleciona-se o ícone “Ações” ao lado do nome do trabalhador e, em seguida, a opção “Nova liberação para este empregado”.

Na etapa de liberação, são preenchidos os campos correspondentes, tais como mês e ano da liberação, a situação da liberação, que pode ser classificada em quatro situações: (a) férias; (b) décimo terceiro; (c) férias e décimo terceiro; ou (d) rescisão. A depender da opção selecionada, o sistema habilita campos específicos para preenchimento, como valor para férias, valor para décimo terceiro, valor da multa em caso de rescisão sem justa causa e data da rescisão.

Figura 15 – Página de Liberação do Módulo com a Conta-Depósito Vinculada.

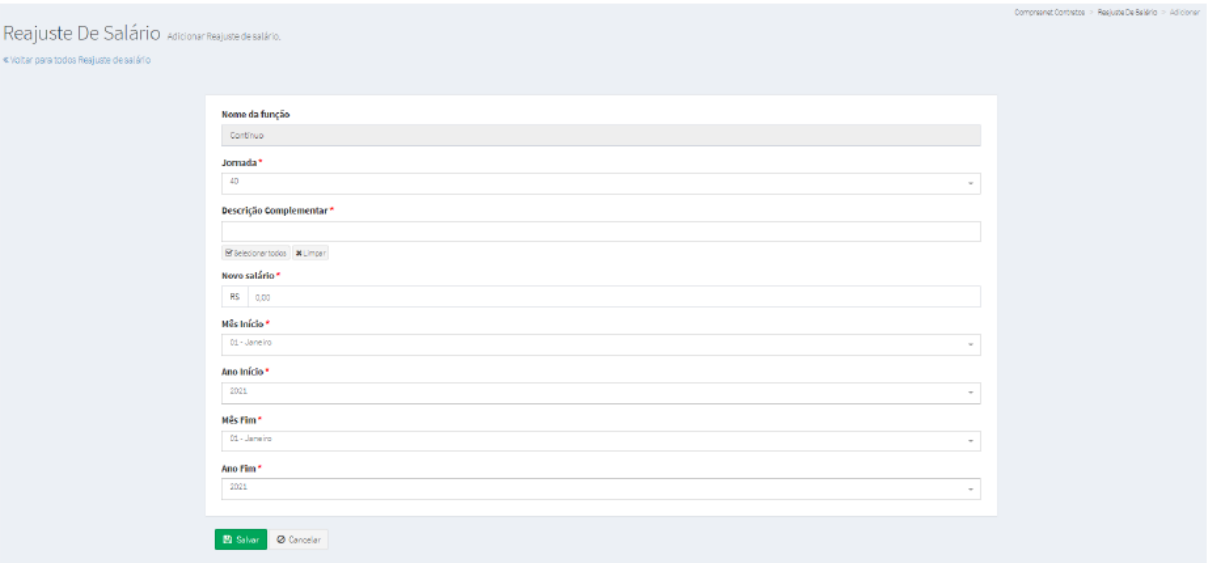


Fonte: Brasil, 2023.

Após o preenchimento das informações, procede-se ao salvamento. No caso analisado, por se tratar da liberação do 13º salário, foi informado o valor de R$ 1.182,28 por empregado. Uma vez concluída a operação, a liberação passa a constar na seção “Movimentações da Conta-Depósito Vinculada”, sendo possível visualizar, na aba “Lançamentos”, o valor liberado em conjunto com a incidência do submódulo 2.2.

Adicionalmente, identificou-se a existência da funcionalidade “Funções/Reajuste de salário”, a qual não pôde ser testada em razão de indisponibilidade no sistema no momento da análise, apresentando erro de acesso. Contudo, com base no manual da ferramenta, verificou-se que esse recurso permite registrar ajustes salariais decorrentes de convenções coletivas de trabalho, viabilizando o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato por meio de termos aditivos ou apostilamentos. Nessa situação, o sistema possibilita o lançamento de valores retroativos não contemplados nas provisões anteriores, incorporando automaticamente essas diferenças às provisões mensais.

Figura 16 – Reajuste de Salário



Fonte: Brasil, 2023.

A partir da análise prática do módulo, elaborou-se um quadro comparativo entre as funcionalidades atualmente disponíveis no sistema e aquelas consideradas ideais, com base nas necessidades de atualização identificadas. Nessa perspectiva, também foram incorporadas contribuições coletadas durante o webinar de lançamento do módulo, as quais trouxeram demandas relevantes para o aprimoramento da ferramenta.

Quadro 11 – Análise do Módulo Conta-Depósito Vinculada (Contratos.gov)

Aspecto Avaliado	O que o sistema permite	Limitações Identificadas	Situação ideal
Cadastro da Conta-Depósito Vinculada	Cadastro da conta com banco, agência, número e percentual de SAT (1%, 2% ou 3%).	Não há validações mais avançadas ou integração automática com dados bancários.	Integração com a instituição bancária e validação automática dos dados informados.

Aspecto Avaliado	O que o sistema permite	Limitações Identificadas	Situação ideal
Provisão Mensal	Realização de provisão por competência (mês/ano), com base nos empregados cadastrados. Informar os colaboradores que ficarão de fora da provisão naquele mês. Exclusão da provisão.	O sistema não permite ajustes proporcionais de dias a serem provisionados. O cálculo é realizado automaticamente, sem possibilidade de intervenção do operador em situações específicas, como faltas ou admissões no decorrer do mês. Por exemplo, em casos em que o colaborador teria direito a apenas 26 dias, não há campo para parametrização. Da mesma forma, em situações em que, por entendimento institucional e legislação aplicável, o empregado faria jus a 30 dias de 13º salário mesmo tendo sido admitido em 3 de julho, o sistema realiza o cálculo proporcional automático. Não permite edição da provisão após salvamento; erros exigem exclusão e novo lançamento.	Possibilidade de parametrização prévia para padronização dos 30 dias de provisão, aliada à permissão de ajuste manual individual para empregados com períodos proporcionais inferiores, permitindo adequação às normas legais, entendimentos institucionais e particularidades contratuais. Possibilidade de edição parcial da provisão, com histórico de alterações.
Extração de Relatórios	Disponibiliza a extração de relatório por meio da aba “Extrato de Lançamentos”, com aplicação de filtros por empregado, tipo de movimentação, mês e ano. Os dados são apresentados de forma detalhada em linhas, conforme os critérios selecionados.	O relatório disponível possui caráter apenas analítico e não consolidado, apresentando os registros de forma fragmentada, sem somatórios automáticos por período, colaborador ou tipo de verba. Não há consolidação dos valores provisionados ou liberados, o que dificulta a obtenção de um quadro geral das movimentações. Além disso, a estrutura em linhas exige tratamento posterior em planilhas para apuração de totais e análises gerenciais.	Disponibilização de relatórios consolidados e exportáveis, com totalização automática por período, por colaborador e por tipo de movimentação. O sistema deve permitir a geração de quadros sintéticos com os valores provisionados e liberados, eliminando a necessidade de tratamento externo em planilhas e ampliando a eficiência na análise e controle.
Liberação e Cálculo Automático de Valores	Liberação individual por empregado, com escolha da natureza (férias, 13º salário, rescisão).	Processo manual e repetitivo; não permite liberação em lote ou replicação para múltiplos empregados.	Liberação em lote, com possibilidade de replicar parâmetros para grupos de empregados.

Aspecto Avaliado	O que o sistema permite	Limitações Identificadas	Situação ideal
	Inserção manual dos valores a serem liberados.	Não realiza cálculos automáticos com base na data ou saldo disponível; depende integralmente do operador.	Cálculo automático dos valores liberáveis por rubrica, considerando saldo, período e tipo de evento.
Usabilidade Operacional	Execução das rotinas básicas de provisão e liberação.	Alto grau de operacionalização manual, exigindo controles paralelos em planilhas.	Sistema autossuficiente, com redução da dependência de controles externos e maior automação dos processos.
Anexação de Documentos nas Liberações	Não há funcionalidade específica para inserção de documentos comprobatórios vinculados às liberações realizadas.	Ausência de campo para anexação de documentos como guias de recolhimento de FGTS, avisos e recibos de férias, termos de rescisão, entre outros, obrigando o armazenamento paralelo em sistemas externos ou processos administrativos.	Possibilidade de anexação de documentos diretamente nas movimentações da Conta-Depósito Vinculada, permitindo vincular cada liberação ou provisão aos seus respectivos comprovantes, com organização por tipo de evento (férias, 13º salário, rescisão etc.), garantindo rastreabilidade, transparência e centralização das informações no sistema.
Integração com o Fornecedor	Não há integração direta com o fornecedor para solicitação de liberações ou acesso às informações da Conta-Depósito Vinculada.	As solicitações de liberação são realizadas por meios externos (e-mail) sem padronização e sem acesso do fornecedor ao saldo individual por colaborador. Isso aumenta o risco de erros, como solicitações indevidas para empregados não elegíveis ou valores sem correspondência com o saldo provisionado.	Disponibilização de acesso controlado ao fornecedor dentro do sistema, permitindo a solicitação direta de liberações, anexação de documentos comprobatórios e visualização do saldo por empregado. O sistema deve validar automaticamente as solicitações com base no saldo disponível por empregado e nas regras aplicáveis, reduzindo retrabalho na análise.
Geração Automática de Ofício para Liberação de Valores	Não há funcionalidade para geração automática de documentos formais após a realização das liberações.	A elaboração do ofício a ser encaminhado ao banco é realizada manualmente, mesmo com todas as informações já disponíveis no sistema (valor, nome do empregado e motivo da liberação). Isso gera retrabalho, e perda de padronização nos documentos.	Geração automática de ofício pelo sistema após o lançamento da liberação, já nos moldes institucionais, contendo os dados da movimentação (empregado, valor e motivo). O documento deve incorporar automaticamente as informações já registradas e incluir apenas a indicação da conta bancária de destino, preferencialmente previamente cadastrada no início da vigência contratual. A funcionalidade deve permitir a emissão pronta para assinatura da autoridade competente.

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

4.7 DISCUSSÃO

Este capítulo tem como objetivo analisar criticamente os resultados obtidos à luz do referencial teórico adotado, buscando compreender suas implicações para a gestão da conta-depósito vinculada em contratos com dedicação exclusiva de mão de obra.

A operacionalização da conta-depósito vinculada envolve processos complexos que desafiam a gestão dos contratos de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra na Administração Pública Federal. A conta-depósito vinculada constitui um dos mecanismos previstos para o gerenciamento dos recursos destinados ao cumprimento das obrigações trabalhistas desses contratos, exigindo procedimentos administrativos, documentais e operacionais que envolvem diferentes setores institucionais (Brasil, 2017, 2018; Manarino, 2017).

Nesse contexto, a validação dos fluxogramas e das tabelas descritivas junto a diferentes universidades federais permitiu analisar a concordância dos especialistas quanto à representação dos procedimentos adotados na UFTM, bem como identificar elementos comuns decorrentes da normativa federal e adaptações relacionadas às particularidades organizacionais de cada instituição.

Os resultados evidenciaram elevado nível de concordância entre os especialistas, refletido nos altos índices de IVC obtidos, indicando concordância quanto à adequação dos fluxogramas e das tabelas descritivas avaliadas. As contribuições registradas nos campos abertos complementam essa análise ao demonstrar que as diferenças entre as instituições se concentram, predominantemente, na operacionalização do processo, especialmente na distribuição de responsabilidades entre os setores, nos sistemas utilizados para tramitação processual, nos mecanismos de conferência documental e nos controles adotados para a liberação dos recursos. Em contrapartida, observou-se a manutenção de um núcleo procedimental comum, decorrente das exigências estabelecidas pela normativa federal que disciplina a conta-depósito vinculada.

Embora a regulamentação estabeleça um conjunto de procedimentos comuns para a operacionalização da conta-depósito vinculada, a forma de execução dessas atividades depende da organização administrativa de cada instituição. Nesse sentido, Andrade, Rasoto e Carvalho (2018) destacam que a gestão por processos nas instituições federais de ensino é influenciada por diferentes níveis de maturidade organizacional e por características estruturais próprias, o que contribui para explicar as adaptações identificadas pelos especialistas quanto à distribuição

de responsabilidades, aos fluxos internos e aos instrumentos utilizados na gestão da conta-depósito vinculada.

As diferenças observadas entre as instituições demonstram que, embora exista um núcleo procedimental comum decorrente da regulamentação federal, a organização e a execução das atividades dependem da estrutura administrativa de cada órgão. Nesse contexto, o mapeamento e a gestão de processos assumem papel relevante ao favorecer a organização das atividades, a definição das responsabilidades e a padronização das rotinas administrativas (Silva, 2023). Esse movimento vem sendo observado nas instituições federais de ensino, que têm incorporado práticas de gestão por processos como forma de qualificar suas rotinas administrativas (Andrade; Rasoto; Carvalho, 2018). Tal incorporação mostra-se especialmente pertinente à fiscalização de contratos de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, cuja operacionalização envolve múltiplos atores, documentos e etapas sucessivas.

Nesse contexto, a fiscalização administrativa assume papel central na operacionalização da conta-depósito vinculada, uma vez que envolve o acompanhamento do cumprimento das obrigações contratuais e trabalhistas pelas empresas contratadas, mediante análise documental, conferência de valores e observância das exigências normativas (Marinho *et al.*, 2018). A adequada execução dessas atividades contribui para reduzir inconsistências nos processos administrativos e para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas, como o recolhimento de FGTS e do INSS e a concessão de férias aos trabalhadores terceirizados (Santos; Schmitt, 2025).

A conta-depósito vinculada constitui um mecanismo destinado a reduzir o risco de inadimplemento das obrigações trabalhistas nos contratos de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, mediante a retenção de valores destinados ao pagamento de férias acrescidas de um terço, décimo terceiro salário, multa do FGTS nas rescisões sem justa causa e encargos previdenciários incidentes sobre essas parcelas (Brasil, 2017). Sua operacionalização demanda rotinas claramente definidas, mecanismos de conferência e acompanhamento contínuo, aspectos que reforçam a importância da padronização dos procedimentos evidenciada na presente pesquisa.

No contexto analisado, os fiscais administrativos participam diretamente da operacionalização da conta-depósito vinculada, desempenhando atividades relacionadas aos cálculos, ao controle das planilhas e à instrução dos procedimentos de liberação de valores, mediante a comprovação dos fatos geradores. Essas atribuições são executadas em uma estrutura com número reduzido de servidores em relação ao quantitativo de contratos

acompanhados. Marinho *et al.* (2018) identificam a fiscalização contratual como uma atividade que demanda conhecimentos administrativos, jurídicos, trabalhistas e operacionais, podendo ser afetada por limitações de pessoal, capacitação e suporte institucional. Na UFTM, durante o período analisado, a maior parte dos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra estava distribuída entre três fiscais administrativos, aspecto que caracteriza a concentração das responsabilidades relacionadas à fiscalização e à operacionalização da conta-depósito vinculada.

A análise qualitativa complementa esses resultados. Parte dos participantes destacou que os fluxogramas apresentam sequência lógica clara e aderência às práticas adotadas em suas instituições, favorecendo a compreensão das etapas e das responsabilidades envolvidas. Essas contribuições corroboram os elevados índices de concordância obtidos na validação e sugerem que os procedimentos representados refletem práticas reconhecidas pelos especialistas participantes.

As contribuições qualitativas também evidenciaram oportunidades de aprimoramento na forma de apresentação dos fluxogramas. As sugestões concentraram-se na reorganização visual de trechos mais extensos e na explicitação dos atores envolvidos, especialmente do fiscal administrativo. Esses apontamentos não alteram a sequência dos procedimentos representados, mas indicam aspectos relacionados à legibilidade e à adaptação dos fluxogramas às diferentes formas de organização institucional.

A ausência de vinculação do fluxo a um único agente decorre da própria forma como a operacionalização da conta-depósito vinculada é regulamentada. A Instrução Normativa nº 5/2017 estabelece as etapas e responsabilidades relacionadas à fiscalização contratual, mas não determina uma estrutura organizacional única para sua execução, permitindo que cada órgão distribua essas atribuições conforme sua organização administrativa (Brasil, 2017). Essa flexibilidade explica as diferenças apontadas pelos especialistas quanto à participação de setores como contratos, financeiro, controladoria e fiscalização administrativa.

As sugestões relacionadas ao uso de planilhas estruturadas, sistemas informatizados e maior integração com plataformas governamentais evidenciam a preocupação dos especialistas com o suporte tecnológico às atividades de fiscalização. Embora apenas um participante tenha relatado utilizar o módulo de operacionalização da conta-depósito vinculada disponibilizado pelo Governo Federal, esse resultado, isoladamente, não permite concluir as razões para sua baixa utilização. Entretanto, sinaliza a necessidade de compreender, de forma mais aprofundada, em que medida aspectos como funcionalidade, usabilidade, integração aos

processos institucionais ou estratégias de implantação influenciam sua adoção pelos órgãos públicos.

Nesse contexto, o levantamento dos requisitos funcionais e não funcionais proposto nesta pesquisa buscou responder às necessidades identificadas durante a validação dos fluxos e das contribuições dos especialistas, subsidiando a especificação de uma solução computacional alinhada às rotinas da fiscalização administrativa.

Durante a fase final desta pesquisa, foi publicado o Decreto nº 13.031, de 17 de junho de 2026, que instituiu o Sistema Contratos.gov.br no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. O decreto regulamenta a celebração e a gestão eletrônica de contratos e termos aditivos e estabelece a utilização obrigatória do sistema para o registro e a gestão de contratos administrativos e atas de registro de preços, abrangendo todas as funcionalidades disponibilizadas (Brasil, 2026).

Embora o módulo de conta-depósito vinculada integre esse ecossistema, os participantes relataram a permanência de controles paralelos, especialmente por meio de planilhas eletrônicas, além da necessidade de maior automação dos cálculos e de integração entre as etapas do processo. Apenas um especialista informou utilizar o módulo disponibilizado pelo Governo Federal, resultado que evidencia baixa utilização entre os participantes da pesquisa, sem permitir, contudo, identificar as causas dessa ocorrência. Nesse contexto, os achados reforçam a importância do aperfeiçoamento contínuo das funcionalidades disponibilizadas pelos sistemas governamentais, em consonância com o processo de transformação digital da gestão pública.

A perspectiva de ampliação das funcionalidades do módulo também tem sido mencionada em comunicações institucionais do Governo Federal, indicando que seu desenvolvimento permanece em evolução.

Esse achado adquire relevância diante das finalidades estabelecidas pelo Decreto nº 13.031/2026, entre as quais se encontram a padronização dos procedimentos, a integração com sistemas estruturantes, a transparência e o apoio à tomada de decisão (Brasil, 2026). As necessidades apontadas pelos participantes, especialmente quanto à automação dos cálculos e à redução do uso de controles paralelos, indicam que o módulo da conta-depósito vinculada ainda pode ser aperfeiçoado para atender de forma mais abrangente às rotinas operacionais identificadas nesta pesquisa.

Essa necessidade de aperfeiçoamento também encontra respaldo na literatura sobre governo digital, segundo a qual os benefícios da tecnologia na administração pública dependem não apenas de sua implementação, mas também da aceitação e da satisfação dos usuários e da

análise de suas experiências, capaz de revelar lacunas e orientar melhorias nas plataformas governamentais (Mitkiewicz, 2024; Santos, 2023).

A análise das contribuições dos especialistas permitiu identificar um conjunto de requisitos considerados essenciais para uma solução sistêmica voltada à operacionalização da conta-depósito vinculada. As sugestões convergiram para funcionalidades capazes de reduzir atividades manuais, aumentar a integração entre os atores envolvidos e ampliar a rastreabilidade das operações. Nesse contexto, destacaram-se a validação automática de dados; a parametrização das regras de provisão, com possibilidade de ajustes individualizados; a edição controlada de lançamentos, acompanhada de registro de histórico; e a emissão de relatórios consolidados e exportáveis.

Também foram apontadas funcionalidades voltadas à automatização das rotinas administrativas, como a liberação em lote de valores, o cálculo automático por rubrica, a anexação de documentos às movimentações, o acesso controlado aos fornecedores para solicitação de liberações e a geração automática de documentos institucionais, como ofícios destinados às instituições bancárias. Em conjunto, esses requisitos evidenciam que a expectativa dos especialistas ultrapassa o simples registro das movimentações financeiras, contemplando mecanismos que favoreçam a padronização dos procedimentos, a redução de retrabalho e o apoio à fiscalização contratual.

Assim, os achados desta pesquisa dialogam com a iniciativa normativa recente ao evidenciarem aspectos que ainda podem ser aperfeiçoados para ampliar a aderência do módulo da conta-depósito vinculada aos objetivos estabelecidos pelo Decreto nº 13.031/2026. As funcionalidades apontadas pelos especialistas, especialmente aquelas relacionadas à automação, à integração entre sistemas e à usabilidade, representam oportunidades de evolução capazes de fortalecer a padronização dos procedimentos, a rastreabilidade das operações e o suporte à gestão contratual em ambiente digital.